



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003520-31.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Jane Lopes da Silva**
 Requerido: **TERRA NETWORKS BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter recebido ligação telefônica da ré advertindo-a de que o serviço que até então utilizava para acesso à internet seria suspenso pela operadora Vivo.

Alegou ainda que diante disso, e da necessidade de manter aquele tipo de serviço, contratou-o com a ré.

Todavia, percebeu no mês seguinte que o serviço da Vivo não havia sido suspenso, razão pela qual tentou sem sucesso rescindir o contrato com a ré.

Visa a essa finalidade, bem como à restituição do que pagou à ré.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a regularidade na contratação de seus serviços pela autora.

De início, ela não refutou que tudo teve vez a partir de contato telefônico que manteve por sua iniciativa com a ré, ocasião em que lhe advertiu que os serviços que usava para acesso à internet seriam suspensos.

Não negou igualmente que foi essa a justificativa que levou a autora a celebrar o contrato cuja rescisão ora pleiteia e, como se não bastasse, sequer se pronunciou sobre o contato identificado pela autora através do protocolo referido a fl. 02.

Esses elementos apontam para o vício na formulação do ajuste, tendo em vista que informação não correspondente à realidade foi transmitida pela ré à autora e rendeu ensejo ao mesmo.

Por outro lado, a alegação de que a autora não buscou efetivamente a rescisão do contrato não vinga, revelando o documento de fl. 11 que ela se valeu até mesmo do PROCON local para que seu objetivo fosse alcançado, sem êxito.

O quadro delineado impõe o acolhimento da pretensão deduzida.

A rescisão do contrato em apreço é de rigor pelo que restou expandido e pela responsabilidade da ré a propósito, a exemplo da restituição dos valores pagos pela autora como consequência direta do que deu causa a essa rescisão.

Assinalo, por oportuno, que a autora em momento algum fez menção à devolução em dobro desse montante ou postulou indenização para reparação de danos morais, não se apreciando bem por isso as considerações exaradas pela ré a propósito em sua contestação.

Por fim, ressalvo que ao valor aludido pela autora a fl. 02 deverá ser acrescida a cobrança verificada em 10/05/2014, implementada na esteira da notícia de fl. 17, terceiro parágrafo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes, bem como a inexigibilidade dos débitos dele decorrentes, e ainda para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 377,61, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 13/14.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**